

RIO DE JANEIRO, 25 DE MARÇO DE 1981

Conselho decide sobre jeton e nada sobre Direito Humano

BRASÍLIA — Em mais de duas horas de reunião, ontem, o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana tomou efetivamente apenas três decisões: ainda desta vez a reunião seria secreta, como faculta o regimento interno; o pagamento do jeton de Cr\$ 3.700,00 continuará sendo feito a cada conselheiro em cheque nominal, pessoalmente, a cada reunião; e a pauta das reuniões serão distribuídas com antecedência para que os conselheiros possam saber o que vão examinar à cada sessão.

A denúncia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, aportando violências, inclusive policiais, relacionadas à luta pela posse da terra em áreas urbanas e rurais do Estado do Pará, mais uma vez também foi adiada. Seu relator, João Batista Itapary, representante do Ministério Público no Conselho, alegou que seu parecer ainda estava sendo datilografado, embora garantisse que também tinha estudado o caso e até escrito suas conclusões. Faltou passar a limpo.

O professor de Direito Constitucional que tem vaga no Conselho, Pedro Calmon, nomeado pelo Governo, também pediu adiamento do exame do processo do qual era relator. Desculpou-se dizendo que não tinha em mãos o processo pelo qual a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos apela em favor da promotora Helena Heluy, que estaria sofrendo ameaças e pressões por parte de autoridades.

O caso do militar Gillete Cardoso Coelho, do Rio de Janeiro, que foi absolvido por unanimidade pela Justiça Militar, mas não conseguiu sustar a punição que lhe havia sido imposta, considerando-se, portanto, "sob efeito de pena por crime que não cometeu", deveria ser relatado pelo representante da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, que alegou não ter concluído seus estudos sobre o caso.

Das 37 denúncias de violação de Direitos Humanos em todo país recebidas pela CDDPH, apenas cinco foram incluídas na pauta e todas elas adiadas para uma das próximas cinco reuniões previstas em lei para este ano. E, mais uma vez, a liderança da Oposição no Congresso negou-se a participar, alegando mudanças na composição do Conselho que deu maioria absoluta a representantes oficiais do Governo e tornaram secretas as reuniões do órgão. O líder do PMDB no Senado, Marcos Freire, oficiou ao Conselho a decisão da Oposição.

A primeira denúncia da pauta, feita pela Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, deixou de ser relatada porque o presidente da Associação Brasileira de Educação, Berjain Albagli, alegou não ter o processo em mãos, embora se dispusesse a falar alguma coisa sobre o assunto, valendo-se apenas da memória. A denúncia da Comissão de Justiça e Paz refere-se a problemas humanos e sociais na Baixada Fluminense, pichações de Igrejas, invasão de casa de operários ilegais por policiais e seqüestro de Marcelo de Oliveira.

O assassinato presumido do detento Francisco Leite Miranda por policiais de Dourados, Mato Grosso, processo para o qual foi designado relator o representante do Conselho Federal de Cultura, Geraldo Bezerra de Menezes, também ficou indefinido. O Conselho decidiu que nada deveria fazer, uma vez que o caso está sendo apurado pela Justiça estadual. Agir de outra forma, segundo Euclides Mendonça, secretário do Conselho e chefe de gabinete do Ministro da Justiça, significaria a intervenção indevida na Justiça e formação de um processo paralelo.

Proposta defendida pela OAB e ABI para reabertura das investigações sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, depois de preso por militares no Rio de Janeiro, foi adiada por interferência do presidente nato do Conselho, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, diante da dúvida levantada por conselheiros sobre se o processo fora efetivamente arquivado ou apenas esquecido à espera de fatos novos". Abi-Ackel determinou que se fizesse uma pesquisa nas atas do CDDPH, porque ninguém sabia exatamente que fim tivera o processo.

Seabra Fagundes conseguiu inserir nos assuntos a serem discutidos, desde que aprovado por unanimidade, o caso da tortura e prisão em cárcere privado por motivos políticos de Inês Etienne Romeu.